

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA LIDAR COM A DIVERSIDADE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

CHALLENGES OF INCLUSIVE EDUCATION: TRAINING TEACHERS TO DEAL WITH THE DIVERSITY OF STUDENTS WITH DISABILITIES

Lívia Barbosa Pacheco Souza¹
Elizabeth Essamai Manga²
Manuel Mfinda Pedro Marques³

RESUMO: O artigo aborda a temática da Educação Inclusiva e seu papel no processo educacional, destacando desafios, avanços e a importância da formação docente nesse contexto. Ao longo do texto, são discutidas as origens históricas da inclusão, as lutas contra preconceitos e resistências, a necessidade de adaptações curriculares e a importância da formação de professores para promover uma educação de qualidade e igualitária para todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais. O trabalho em equipe e o comprometimento de toda a sociedade são fundamentais para o sucesso desse processo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação Docente. Diversidade. Aprendizagem. Inclusão Social.

2545

ABSTRACT: The article addresses the theme of Inclusive Education and its role in the educational process, highlighting challenges, advances and the importance of teacher training in this context. Throughout the text, the historical origins of inclusion, the struggles against prejudice and resistance, the need for curricular adaptations, and the importance of teacher training to promote quality and equal education for all students, regardless of their special needs, are discussed. Teamwork and the commitment of the whole society are fundamental to the success of this process.

Keywords: Inclusive Education. Teacher Training. Diversity. Apprenticeship. Social inclusion.

¹ Pedagoga (UNEB), Psicopedagoga Institucional e Clínica (Faculdade Iguazu), Especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos (NEIM UFBA), em Gênero e Sexualidade na Educação (NUCUS UFBA), em Educação para as Relações Étnico-Raciais (UNIAFRO UNILAB), e em História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira (Faculdade Iguazu). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>

² Bacharela Interdisciplinar em Humanidades (UNILAB); e discente da Licenciatura em Pedagogia da UNILAB. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2928-0421>

³ Licenciado em Sociologia e Bacharel Interdisciplinar em Humanidades (UNILAB). Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6753-2848>

I INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares é uma evolução significativa no campo da educação, com o potencial de promover uma sociedade mais diversa e igualitária. A ideia subjacente à educação inclusiva é a de que todos os estudantes, independentemente de suas capacidades físicas, intelectuais, sensoriais ou emocionais, têm o direito de receber uma educação de qualidade em um ambiente que promova o respeito, a aceitação e o desenvolvimento de todo o seu potencial.

No entanto, apesar dos avanços nas políticas de inclusão educacional, a experiência de muitos alunos com deficiência nas escolas ainda está longe de ser ideal. Uma das principais razões para isso é a incapacidade de muitos professores em lidar de maneira eficaz e adequada com as diferenças que esses alunos apresentam. Essa incapacidade gera desafios significativos, que não apenas afetam o aprendizado dos estudantes com deficiência, mas também representam uma falha sistêmica na busca da verdadeira inclusão.

Neste artigo, exploraremos a complexa questão da capacitação de professores para lidar com a diversidade de alunos com deficiência. Vamos examinar as razões por trás dessa incapacidade, que vão desde a falta de preparo na formação inicial de professores até as barreiras atitudinais que podem impedir a criação de ambientes inclusivos. Além disso, consideraremos a falta de recursos adequados, que muitas vezes é um obstáculo à implementação eficaz da educação inclusiva.

2546

A importância deste tópico transcende o âmbito educacional, uma vez que a educação inclusiva é um elemento fundamental na construção de sociedades mais igualitárias e justas. A incapacidade de professores em lidar com a diversidade de alunos com deficiência não só prejudica o acesso desses alunos a oportunidades de aprendizado de qualidade, mas também perpetua estereótipos prejudiciais e contribui para a exclusão social a longo prazo.

Este artigo busca identificar e analisar os fatores que contribuem para a incapacidade de alguns professores em lidar com as diferenças dos alunos com deficiência. Além disso, procuraremos destacar as implicações dessa incapacidade, não apenas no contexto escolar, mas também na vida desses alunos e na sociedade em geral. Ao fazê-lo, esperamos estimular a reflexão e o debate sobre a educação inclusiva e promover a implementação de práticas e políticas mais eficazes para capacitar os educadores a lidar de forma positiva e construtiva com a diversidade de seus alunos, construindo um futuro mais inclusivo e equitativo.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Desde os tempos da colonização no Brasil, a educação, embora inicialmente limitada a poucos, foi um foco de atenção, evoluindo ao longo dos anos em resposta a mudanças legislativas. A trajetória da educação inclusiva segue um caminho paralelo, buscando melhorias constantes, indo desde a educação fundamental até o presente, com o objetivo de incorporar alunos com necessidades especiais para promover seu desenvolvimento. Essa abordagem demonstra que a inclusão no ensino fundamental pode acelerar o aprendizado das crianças. No entanto, a inclusão enfrenta desafios de preconceito e discriminação enraizados na sociedade, que, em alguns casos, são perpetuados até mesmo pelas próprias famílias.

A busca pela inclusão teve origens nos Estados Unidos na década de 1970, mas os resultados iniciais foram insatisfatórios. Na época, houve um plano proposto por Thomas Jefferson em 1979 para criar o primeiro sistema educacional sustentado pelo estado, visando proporcionar educação aos menos privilegiados em Virginia. Essa exclusão não se limitava apenas a pessoas com necessidades especiais, mas também afetava diversas classes sociais e grupos étnicos. Esses excluídos, privados do direito à educação, muitas vezes não eram aceitos pela sociedade e, em alguns casos, nem mesmo por suas próprias famílias, como destacado por Stainback (1999).

2547

Entretanto, vários grupos foram excluídos das escolas públicas regulares. Os afro-americanos e os nativos americanos eram em grande parte educados em sistemas escolares separados. Da mesma forma, os alunos com deficiência visível e importante continuaram em sua maioria, sendo segregados. As instituições residenciais e as escolas especiais permaneceram sendo as indicadas para educar alunos cegos ou surdos ou com deficiências físicas. Os alunos com déficits importantes de desenvolvimento em geral não tinham nenhum tipo de serviço educacional disponível e ficavam quase sempre nas alas dos fundos das grandes instituições do estado.

A discriminação e preconceito contra pessoas com necessidades educacionais especiais persistiram até o início do século XX, quando muitos acreditavam que essas pessoas eram uma ameaça à sociedade devido a supostas tendências criminosas atribuídas à sua composição genética. No Brasil, as iniciativas para inclusão no ensino fundamental seguiram trajetórias semelhantes às de outros países. Um marco inicial foi a criação dos institutos, como o "Imperial Instituto dos Meninos Cegos", atualmente o "Instituto Benjamin Constant - IBC", e o "Imperial Instituto dos Surdos-mudos", hoje o "Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES", ambos estabelecidos em 1857.

Posteriormente, várias outras tentativas surgiram para atender às necessidades das crianças com deficiências no Brasil. No século XX, teve início a criação das Associações de Pais

e Amigos dos Excepcionais, conhecidas como APAES, instituída em 1954 na cidade do Rio de Janeiro (BRASIL, 1998, p.12). A Educação Especial começou a ser regulamentada por leis específicas quando o Estado passou a desempenhar um papel mais ativo nesse cenário.

Na década de 60, a lei 4.024/61 normatizou a educação na esfera nacional, que definiu, em seu artigo 88: A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-los na comunidade. Em seu artigo 89, referendava o compromisso dos poderes públicos em subsidiar financeiramente a iniciativa para a criação de serviços especiais de acordo com a aprovação dos Conselhos Estaduais de Educação. (BRASIL, 1998, p. 5).

Com a Lei 5.692/71, a Educação Especial foi mais direcionada, garantindo tratamento especial para alunos com deficiências físicas ou mentais, aqueles com atraso considerável em relação à idade regular de matrícula e os superdotados.

Nas décadas de 1950 e 1960, as classes especiais em escolas públicas eram a forma predominante de prestação de serviços educacionais para a maioria dos alunos com deficiência. Nesse período, as atitudes em relação à inclusão de pessoas com deficiência nas escolas e comunidades começaram a mudar gradualmente.

Conquistas significativas começaram a ocorrer, permitindo que as crianças com deficiência participassem do ensino regular em meio período. No final da década de 1970 e início da década de 1980, muitos alunos com deficiência passaram a ser integrados em salas de aula regulares, pelo menos em meio período. (STAINBACK, 1999).

2548

Apesar dos avanços, a resistência à inclusão persiste e a luta pela permanência de crianças com necessidades especiais em ambientes educacionais é contínua e enfrenta preconceitos. Stainback (1999) ressalta que ainda existem tentativas de resistência à inclusão, com alguns intelectuais e pesquisadores argumentando contra a sua implementação. Entre 1977-1978 e 1989-1990, houve pouca ou nenhuma mudança na colocação de alunos com deficiência em âmbito nacional.

No entanto, a história da inclusão teve um ponto alto na década de 1990, quando se estabeleceu uma conexão importante entre o movimento de inclusão e a reforma geral da educação, marcando um momento de progresso significativo no processo de inclusão.

A reestruturação da escola para atender a todos os alunos é vista como um objetivo fundamental por importantes associações profissionais, como a Association for Supervision and Curriculum Development (ASCD) e a National Association of State Boards of Education (NASBE). A ASCD, em 1992, enfatizou a necessidade de programas especiais que eliminassem currículos baseados nas necessidades ou níveis de habilidade do aluno e a segregação.

As tentativas de acerto na busca pela inclusão são inúmeras e aumentam à medida que estudiosos e educadores se engajam na discussão sobre o assunto. O progresso nas conquistas continua com uma emenda à Constituição Brasileira de 1978, que assegura a melhoria da condição social e econômica dos deficientes, especialmente por meio da educação especial e gratuita. Os debates prosseguiram e a Constituição atual, no artigo 208, inciso III, preconiza o atendimento educacional especializado para portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2005).

A Constituição trouxe uma nova ênfase para o atendimento de pessoas com necessidades especiais, enfatizando não apenas o atendimento especializado, mas também a inclusão dessas crianças no ensino regular, promovendo seu desenvolvimento educacional e social.

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente reforçou a garantia e a gratuidade do ensino regular para portadores de necessidades especiais, conforme estabelecido na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, artigo 54, inciso III, que menciona o "atendimento educacional". Em 1994, diversos países e organizações se reuniram para discutir o futuro das pessoas com necessidades especiais, resultando na criação de uma declaração chamada "Salamanca".

Reconvocando as várias declarações das nações unidas que culminaram no documento das nações unidas 'Regras e Padrões sobre Equalização de Oportunidade para Pessoas com Deficiências', o qual demanda que os estados assegurem que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional. [...] Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que é única; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; aqueles com necessidades especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades; escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (BRASIL, 1994, p. 3).

A inclusão escolar é um convite à sociedade para compartilhar e contribuir para o respeito às diferenças, sejam elas de natureza física ou cognitiva. Com base nas diretrizes mencionadas, a escola e os educadores têm a responsabilidade de transformar as diferenças em uma via para o crescimento de uma sociedade mais justa e humanizada, reconhecendo e valorizando as habilidades individuais de cada criança.

I. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEU IMPACTO NO PROCESSO EDUCACIONAL

A educação inclusiva, em sua trajetória, enfrenta obstáculos na família, na sociedade e na escola. O debate sobre esses temas é fundamental para promover uma educação humanizada com igualdade de direitos para todos, incluindo o direito ao ensino regular. De acordo com a Constituição, a educação é um direito de todos, um dever do Estado e da família, e deve ser promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, à preparação para a cidadania e à qualificação para o trabalho.

Para entender a inclusão, é necessário definir o conceito e examinar as diferentes perspectivas e interpretações. A inclusão ocorre quando pessoas com necessidades especiais são integradas ao ensino regular. Por meio dessa interação com pessoas que não são da sua família, o indivíduo tem a oportunidade de viver em sociedade e desenvolver seu potencial cognitivo e social, muitas vezes limitado devido à falta de informação por parte de suas famílias.

A inclusão não pode se limitar às escolas; a sociedade como um todo precisa desempenhar um papel ativo nesse processo, conforme destacado por Sasaki:

Cabe, portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas com necessidades para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. (SASSAKI, 1997, p. 47)

2550

Com a perspectiva renovada sobre a inclusão, a capacitação do educador é uma preocupação fundamental, a fim de garantir que ele esteja preparado para lidar com a diversidade de necessidades das crianças em sua sala de aula, conforme enfatizado por Mantoan (1997, p.125):

Os alunos são diferentes uns dos outros e devemos tratá-los de modo diferente para alcançarmos os mesmos objetivos de ensino. Os ambientes inclusivos concorrem para estimular os alunos em geral a se comportarem ativamente diante dos desafios do meio escolar, abandonando, na medida do possível, os estereótipos, os condicionamentos, a independência que lhe são típicos, sejam normais ou pessoas com deficiência.

A busca pela inclusão envolve a adaptação física da sala de aula e uma abordagem pedagógica que inclua todos os alunos, respeitando suas diferenças. Isso permite que os professores alcancem de forma mais eficaz os objetivos educacionais. A inclusão é, essencialmente, sobre aprender a conviver com os outros, significando "estar com", conforme apontado por Mantoan (1997, p. 137).

No entanto, investir na inclusão não terá êxito se a escola não desenvolver um currículo que atenda às necessidades tanto dos alunos quanto dos educadores, conforme ressaltado por Mantoan (1997).

A existência de um currículo aberto e flexível é uma condição fundamental para que se possa responder as diferentes e necessidades dos alunos e do contexto sócio-educacional em que se desenvolve o processo de ensino aprendizagem. As respostas as necessidades especiais deve ser buscada no currículo comum, realizando ajustes e adaptações precisas, como via básica para que seja assegurada a igualdade de oportunidades. Se no currículo comum são expressas as capacidades e os conteúdos culturais considerados fundamentais em cada sociedade para que os futuros cidadãos sejam dela membros ativos, a escola deve fazer todo possível para que qualquer aluno desenvolva ao máximo estas capacidades. Portanto, é de vital importância proporcionar aos alunos com necessidades especiais um currículo equilibrado, no qual se contemplem suas necessidades individuais sem perder de vista, contudo, os objetivos que são perseguidos pelos outros. (MANTOAN, 1997, p. 189).

Para cumprir eficazmente o currículo e o projeto político-pedagógico, o grupo escolar deve operar de forma coesa e harmoniosa, promovendo parcerias com todos os envolvidos no processo educacional, com ênfase na equipe diretamente envolvida com crianças com deficiência. O desempenho dos alunos da escola é um reflexo do trabalho do professor e da equipe pedagógica. A capacidade de avaliar e analisar suas ações permite uma educação de qualidade e atendimento direcionado. O atendimento a crianças com necessidades especiais exige uma sensibilidade significativa da equipe, que automaticamente se reflete em seus alunos.

2551

[...] Nas escolas que conseguem atender os alunos com deficiências especiais, existe um sentimento de otimismo em toda equipe de professores, que é consciente de que a sua atuação pode influenciar a vida das crianças: trabalham com confiança e expectativas elevadas em relação, de seu próprio sucesso, qualidade que seus alunos podem reconhecer: quando os professores são otimistas os alunos também tendem a sê-lo. (BRASIL, 1998 p. 172).

A dedicação do professor ao atender uma sala de aula com alunos inclusos não beneficia apenas os alunos com necessidades especiais, mas também os "ditos normais". Isso ocorre porque a capacidade do professor de identificar dificuldades de aprendizagem aumenta, resultando em um atendimento mais direcionado e, como consequência, uma educação de qualidade para todos.

O professor tem um papel fundamental no processo de inclusão, pois é ele que responde diretamente pela aprendizagem nas salas de aulas. Destinamos aos professores várias horas de estudo, preparação de aulas, orientação e suporte no período de trabalho escolar [...]. (MANTOAN, 2001, p. 173).

O trabalho de inclusão não pode ser realizado de forma isolada, requer uma abordagem em equipe para criar uma escola de qualidade acessível a todos, independentemente das

deficiências dos alunos. De acordo com Mantoan (2001, p. 175), a complexidade dos desafios educacionais exige soluções derivadas do esforço coletivo, que constantemente reavalie sua dinâmica.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares é um processo em evolução. Os gestores desempenham um papel crucial ao fornecer formação especializada para melhor atender esses alunos e ajudá-los a se integrar na sociedade, combatendo tabus e preconceitos ainda presentes.

Embora as discussões sejam valiosas para o desenvolvimento, a ação é a parte fundamental da inclusão. Uma sociedade inclusiva valoriza a diversidade como uma característica intrínseca e se compromete a garantir o acesso e a participação de todos, independentemente das diferenças individuais.

O conceito de inclusão tem sido promovido ao longo dos anos, visando evitar a exclusão escolar e implementar ações que assegurem a participação e permanência dos alunos com deficiência no ensino fundamental em uma perspectiva global. Além disso, a inclusão envolve mudanças na percepção da diversidade humana, bem como considerações sobre a organização da sociedade, que muitas vezes dificulta o acesso aos serviços por várias razões.

É fundamental que a inclusão não seja seletiva, permitindo que a sociedade decida quais pessoas com deficiência podem ser incluídas. É importante dar voz às próprias pessoas com deficiência, pois elas conhecem suas necessidades e desafios, assim como qualquer cidadão. No entanto, ouvir não é suficiente; é necessário desenvolver ações que modifiquem e orientem a maneira como pensamos sobre a inclusão.

2552

A educação inclusiva beneficia tanto os alunos quanto os professores, proporcionando oportunidades de troca de experiências e ampliando o desenvolvimento de habilidades. Além disso, enriquece o desenvolvimento humano em um ambiente social complexo e diversificado.

Para que a inclusão seja bem sucedida, as diferenças dos alunos devem ser reconhecidas como um recurso positivo. As diferenças entre alunos devem ser reconhecidas e capitalizadas para fornecer oportunidade de aprendizagem para todos os alunos da classe. [...] A diversidade em suas muitas formas é celebrada em escola inclusiva. As oportunidades de se capitalizar em cima de diversidade não devem ser somente focalizadas nos alunos. As diferenças encontradas dentro da equipe de funcionário no tocante os seus vários 'berços' (as origens), característica e experiência devem ser incentivados, procurado, colocado para fora e avaliadas. Em uma escola onde o currículo escolar é considerado, esses recursos inerentes da diversidade humana, que estão disponíveis entre alunos e a equipe de funcionário, não devem ser negligenciados. [...] (STAINBACK, 2006, p. 9).

A escola desempenha um papel crucial na promoção da socialização e na construção de experiências sólidas, abrangendo tanto aspectos sociais quanto cognitivos. A inclusão é um processo colaborativo que a escola desenvolve junto com todos os envolvidos na educação, incluindo a comunidade local.

A escola fornece aos alunos conhecimento previamente organizado e selecionado pelo currículo, que determina o que deve ser ensinado. Portanto, é essencial que a escola incorpore conteúdos que complementem as experiências dos alunos com diferentes grupos sociais.

Na escola a construção do conhecimento é predefinida, intencional e deliberada. [...] A escola é a instituição responsável pela passagem da vida particular e familiar para o domínio público, tendo assim função social reguladora e formativa para os alunos. O conhecimento lá produzido é revestido de valores éticos, estéticos e políticos com os quais os alunos têm de estar identificado, e [...]. Ela precisa assumir um compromisso com as mudanças sociais com o aprimoramento das relações entre os concidadãos, com o cuidado e respeito em relação ao mundo físico e aos bens culturais que nos circunda (BRASIL, 2005, p. 7).

Nessa abordagem, é fundamental colaborar em grupo com todos os participantes da escola. O comprometimento do professor em promover a cooperação entre os alunos torna mais acessível para as pessoas com deficiência integrarem-se a grupos diversos.

A inclusão promove uma comunidade baseada em respeito, empatia e na crença de que todos têm o potencial de se desenvolver, independentemente de suas limitações. De acordo com o MEC/SEESP, o entendimento especializado para a deficiência mental afirma que

2553

Para conseguir trabalhar dentro da proposta educacional inclusiva, o professor precisa contar com o respaldo de uma direção escolar e de especialistas orientadores, supervisores educacionais e outros que adotam um modelo de gestão escolar verdadeiramente participativa e descentralizada. Muitas vezes o professor tem idéias novas para colocar em ação em sua sala de aula, mas não é bem recebido pelos colegas e pelos demais membros das escolas devido ao descompasso entre o que esta propondo e o que a escola tem o hábito de fazer para o mesmo fim. (BRASIL, 2005, p. 18).

Quando os alunos recebem instruções direcionadas, o processo de aprendizagem segue um curso normal que beneficia o desenvolvimento tanto individual quanto social dos alunos. Isso, por sua vez, contribui para a melhoria da qualidade do ensino regular no Brasil.

Com base nesses princípios da educação de qualidade na inclusão, é fundamental que os professores, como componentes essenciais do processo educacional, recebam uma formação apropriada que vá além das exigências legais. Somente por meio de uma preparação específica adicional à sua formação inicial, eles poderão implementar práticas eficazes. Portanto, a formação dos profissionais da educação deve ser revisada, uma vez que nem sempre estão preparados para lidar com alunos com necessidades especiais, carecendo de habilidades

educacionais especializadas para atender às demandas das crianças com necessidades especiais em ambientes inclusivos.

A formação de professores do ensino regular precisa, então, ser retomada e com vistas a atender aos princípios inclusivos. Essa revisão não se restringirá a incluir uma ou mais disciplinas nos cursos de formação de professores para fazê-los conhecer o que significam esses princípios e suas conseqüência na organização pedagógica das escolas comuns. Para torná-los capazes de desenvolver uma educação inclusiva, o curso de formação de professores de ensino regular tem de estar inteiramente voltado para prática que acompanham a evolução das ciências da educação e que não excluem nenhum aluno. [...] Na formação dos professores especializados, o que se propõe é uma revisão do nível de graduação desses profissionais, a proposta é a de criarem cursos de especialização 'lato sensu', em educação de pessoas com deficiência, cada um focando uma delas, diferenciando essa formação da apropriada para professores do ensino regular, sendo que a formação em ciência da educação continua sendo à base da formação desses e de dos professores. (BRASIL, 2005, p. 35-36).

Os desafios da inclusão ainda demandam um longo percurso a ser percorrido, com avanços contínuos. O respeito por todos, considerando as diferenças e a diversidade, é o elemento fundamental nesse processo, que requer o envolvimento de todos os atores.

No que diz respeito à formação dos professores, é necessário aprofundar os estudos sobre o desenvolvimento dos alunos para melhorar a capacidade de observação e compreensão individual de cada aluno. Isso permitirá intervenções mais adequadas na formação de cada um. Conforme Mantoan (2001, p. 155) ressalta, os estudos contínuos são fundamentais para uma escola que deseja constantemente construir e reconstruir sua prática de acordo com os princípios inclusivos.

2554

O papel do professor é essencial na formação dos alunos, e, portanto, é vital capacitar os educadores para garantir uma educação de qualidade para todos. A sociedade tem altas expectativas em relação aos professores, muitas vezes sem considerar que eles podem não estar preparados para lidar com crianças com deficiência. Portanto, a capacitação contínua dos professores é crucial para garantir que a educação seja inclusiva e de qualidade para todos os alunos.

Além disso, é comum que muitos professores se sintam desanimados ao perceber que alguns alunos não estão progredindo na aprendizagem conforme o esperado. Essa experiência reforça a necessidade de investir na formação e apoio aos professores, como enfatizado por Fierro (1995, p. 224):

Não é preciso, nem tampouco é conveniente, aguardar o desaparecimento dos preconceitos para a realização da integração escolar. Esta própria integração, convenientemente ordenada e disposta, pode contribuir para derrubar as barreiras do preconceito.

A educação é um direito de todos, e a instituição escolar deve se adaptar para incluir todos os alunos. Na escola, os alunos aprendem e têm a oportunidade de ensinar uns aos outros, adquirindo habilidades e valores. Isso requer o apoio da comunidade e a inclusão de todos.

É fundamental que o país forneça informações para a geração de conhecimento, especialmente para cidadãos brancos e negros. Isso implica que a educação científica de qualidade seja acessível por meio da escola, da universidade e de outras instâncias educacionais e culturais formais, não-formais e informais. Isso é essencial para que a escola possa efetivamente promover mudanças significativas.

Na educação inclusiva não se espera que a pessoa com deficiência se adapte à escola, mas que esta se transforme de forma a possibilitar a inserção daquela. Para isso, algumas orientações são úteis. As que estão a seguir mesclam informações do kit Escola Viva, criado pelo MEC em conjunto com a associação Sorri Brasil, com indicações elaboradas pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Vale lembrar que os serviços de apoio não substituem o professor da escola regular. (GUIMARÃES, 2006, p.18).

Apesar do preconceito em relação à inclusão de pessoas com necessidades especiais, existem lugares que celebram os sucessos alcançados por meio de um trabalho responsável, conforme destacado em uma reportagem da revista Nova Escola.

[...] Hoje a rede municipal conta com 304 estudantes deficientes, de um total de 40 mil matriculados em 124 unidades. "Desde o início do projeto, o índice de evasão diminuiu e o preconceito foi podado pela raiz", comemora Teresinha Del Cístia, a atual secretária de Educação. (GUIMARÃES, 2006, p. 21).

2555

Dentre as principais medidas para o sucesso da proposta de inclusão, destacam-se a estímulo para que as escolas desenvolvam sua própria proposta pedagógica, incluindo o diagnóstico da demanda por atendimento especial, a criação de um currículo que reflita o contexto social, o apoio à descentralização da gestão administrativa e a oferta de transporte escolar para todos os alunos.

A reestruturação do sistema educacional, seja no ensino fundamental ou no ensino especializado, é uma necessidade urgente. O processo de inclusão só se concretizará quando os profissionais da educação e a sociedade como um todo compreenderem que pessoas com necessidades especiais não se limitam àquelas com lesões, mas englobam todas as pessoas com deficiências irreversíveis que necessitam de atenção diferenciada por parte dos professores.

A sala de aula é composta por alunos de diversas culturas e com níveis variados de aprendizado. A escola deve abordar essas diferenças de forma adequada, sem perder o foco na promoção do trabalho colaborativo entre os alunos. Tanto alunos com quanto sem deficiência

devem ser incentivados a trabalhar juntos, visando a aprendizagem coletiva, o respeito mútuo e a solidariedade.

2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

A valorização dos professores tem sido uma discussão relevante nos sistemas educacionais, uma vez que a qualidade do ensino depende em grande parte deles. A formação e a profissionalização dos professores têm recebido considerável atenção, especialmente no contexto da inclusão, que requer uma abordagem educacional mais ampla e humanitária, superando a fragmentação de conteúdos e atividades mecânicas. Gatti (2008, p. 13) destaca a necessidade de novas preocupações, refletindo a demanda por uma educação igualitária para todos.

A formação dos professores nesse contexto torna-se uma questão que merece novas considerações e outros posicionamentos: conhecimentos disciplinares sólidos, visão social e cultural esclarecida, perspectivas sobre a civilização humana e seus destinos, consciência quanto aos processos de alienação social e busca de caminhos, lidar com as representações e as necessidades espirituais das pessoas, criação de formas de comunicação diferenciadas com as crianças e jovens- conhecimentos, saberes, didática, valores.

No cenário da diversidade, a formação dos professores enfrenta uma série de desafios complexos, para os quais não existem soluções simples nem um manual pronto. Para superar esses desafios, é necessário promover questionamentos, debates e reformulações curriculares, estruturais e humanas. Como Paulo Freire enfatiza, a busca pela utopia faz parte da realização de um sonho viável e está intrinsecamente ligada à reflexão sobre a prática educacional.

O sonho viável exige de mim, pensar diariamente a minha prática; exige de mim a descoberta, a descoberta constante dos limites da minha própria prática, que significa perceber e demarcar a existência do que eu chamo espaços livres a serem preenchidos. O sonho possível tem a ver com os limites destes espaços e esses limites são históricos [...]. (FREIRE, 1982, p.100)

Assim, a superação dos desafios históricos e a entrega de um ensino de qualidade dependem essencialmente das atitudes dos professores. Isso envolve tanto sua competência como sua confiança profissional, que estão intrinsecamente ligadas à sua formação e à sua postura em relação à aceitação do processo inclusivo (MARCHESI, 2004, p.36).

3. DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA INCLUSÃO

Estudos revelam que a implementação da inclusão envolve diversos desafios que requerem discussão e busca por soluções, tais como a formação de professores, a definição de

um currículo comum e a identificação de alunos com necessidades especiais, entre outros (STAINBACK e STAINBACK, 1999; MARCHESI, 2004; GATTI, 2008). Esses dilemas são decorrentes da diversidade que permeia o processo educacional, como destacado por Gatti (2008, p.13).

Multiplicidade, reconhecimento das diferenças, da heterogeneidade, da variedade de ambientes sociobiogeográficos, de situações, da diferenças nos sentimentos, na cultura, na religião, nos modos de ser, de habitar, de conviver com seu ambiente físico e social. Na contemporaneidade nos é colocada a necessidade de se ter consciência clara da presença do diverso, em convivência. Essas condições desafiam hoje o papel dos educadores e das escolas. [...]

Nesse contexto, é essencial que os professores reconheçam a necessidade de uma formação que integre conhecimento e sensibilidade. Eles devem não apenas possuir conhecimento científico, mas também se comprometer com a responsabilidade de reconhecer e respeitar as diferenças em suas práticas pedagógicas, promovendo a formação cidadã em que a aceitação e o respeito às diferenças são componentes essenciais do currículo e de seu papel como educadores inclusivos.

A escola é um ambiente onde diversas pessoas com crenças, religiões e opiniões distintas convivem diariamente. O posicionamento do professor diante desse público precisa ser consistente, construindo uma relação de confiança, disponibilidade para discutir a diversidade e promovendo o respeito pelo outro, independentemente de suas diferenças.

2557

A escola desempenha um papel fundamental na promoção da aceitação de alunos inclusos, uma vez que é o local onde passam a maior parte do dia e têm contato direto com colegas, o que gera a necessidade de integração social. Portanto, é crucial que os professores sejam capacitados para criar uma prática educacional que efetivamente implemente o processo de ensino-aprendizagem em uma abordagem inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, é fundamental destacar a importância da educação inclusiva como um caminho para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O processo de inclusão escolar é repleto de desafios, mas também oferece oportunidades valiosas para o desenvolvimento pessoal e social de todos os alunos.

A formação dos professores desempenha um papel central nesse contexto. É essencial que os educadores estejam preparados para lidar com a diversidade de necessidades e características dos alunos, promovendo práticas pedagógicas inclusivas que valorizem as

diferenças. Isso requer não apenas conhecimento científico, mas também sensibilidade, empatia e abertura para reconhecer e respeitar as singularidades de cada estudante.

Além disso, a escola desempenha um papel crucial na promoção da aceitação e do respeito às diferenças. É o local onde os alunos têm a oportunidade de conviver, aprender e se desenvolver juntos, independentemente de suas peculiaridades. Portanto, a criação de um ambiente escolar inclusivo, que promova o diálogo, a compreensão e a valorização das diversidades, é essencial para o sucesso do processo inclusivo.

No entanto, é importante reconhecer que a jornada em direção à inclusão não está isenta de desafios, como a formação inadequada de professores, a falta de recursos e a resistência à mudança. Esses desafios precisam ser enfrentados com determinação e compromisso, visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em resumo, a educação inclusiva é um ideal a ser perseguido, e para alcançá-lo, é necessário o esforço conjunto de professores, escolas, famílias e da sociedade como um todo. A promoção do respeito, da aceitação e do reconhecimento das diferenças é o alicerce sobre o qual a inclusão se constrói, e é por meio desse processo que podemos criar um mundo mais inclusivo e acolhedor para todos.

REFERÊNCIAS

2558

BRASIL, **Constituição da República Federativa do: texto constitucional, promulgado em 5 de outubro de 1988**. Senado Federal. Brasília, 2005.

____, **LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Senado Federal. Brasília 2006.

GHEDIN, Evandro. **Professor Reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica**. In: Pimenta e Ghedin, (orgs.) *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo. Cortez Ed. 2002.

MANTOAN, Maria Tereza Egler . – **Caminhos Pedagógico da Inclusão: Como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras**. – São Paulo: Memnon 2001.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. – **Inclusão: Construindo uma Sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto alegre: Artmed, 1999.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo. Ed. Atlas AS. 2004.